



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

EDITAL Nº 006/2024

(Processo Administrativo 002/2024 – 1doc)

## CHAMAMENTO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Dois Vizinhos, Luis Carlos Turatto, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021, nº 13.019/2014, Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022, torna público às Organizações da Sociedade Civil interessadas, que através deste, realiza o **Chamamento Público**, visando a seleção de Entidades sem fins lucrativos na área de **Esporte e Lazer**, para firmar parceria por meio de Termo de Colaboração, para executar o Projeto “ESPORTE POR MUITAS MÃOS” nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

### 1 – OBJETO, OBJETIVOS, METAS, JUSTIFICATIVA e DEFINIÇÕES:

1.1. Formalização de Parceria, através de Termo de Colaboração, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para execução de atividades em regime de mútua cooperação com a administração pública, no exercício de 2024 e 2025, que apresentarem o Plano de Trabalho que melhor se adequar ao objeto a ser pactuado:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR MÁXIMO R\$
1	Fomentar a prática esportiva através de projeto de incentivo ao esporte na modalidade de FUTSAL para que atletas possam atuar e representar o município nas principais competições a nível municipal, estadual e nacional, oportunizando em contrapartida a construção de suas carreiras esportivas, implantando políticas públicas que garantam a inclusão social por meio do esporte, visando a formação de novos atletas, assim como desenvolver programas que oportunizem a formação integral do ser humano, retirando crianças, jovens e adultos dos malefícios do mundo oportunizando e desenvolvendo ações que estimulem a preparação para exercer o direito de Cidadania e conseqüentemente à prática da atividade física e recreação social com o intuito de adoção de um estilo de vida mais saudável.	120.000,00

### ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01:

**Público Alvo:** 250 (duzentos e cinquenta) pessoas entre crianças e jovens de 5 a 17 anos mais a categoria adulta na formação esportiva individual e coletiva.

### Objetivos:

a) Contribuir no desenvolvimento esportivo e educacional, formando e revelando atletas e cidadãos;



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- b) Propiciar um futuro melhor as crianças e adolescentes beneficiados, por meio dos benefícios inerentes a prática esportiva como: saúde, educação, disciplina, ocupação do tempo livre, afastando-os da criminalidade e das drogas.
- c) Atender a população carente do município, aumentando e qualificando o convívio social e contribuindo para diminuição dos índices de vulnerabilidade.
- d) Oferecer atividades físicas e esportivas a um público a partir dos 5 (cinco) anos de idade, que estimule seu desenvolvimento físico-motor, cognitivo e social.
- e) Divulgar e popularizar a modalidade esportiva de Futsal em Dois Vizinhos, promovendo a formação de equipes que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos municipais, estaduais e nacionais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva nos Projetos/Programas.
- f) Oportunizar a prática do esporte de competição às crianças, adolescentes e adultos contemplados pelo Projeto, através da realização e participação em eventos competitivos.
- g) Proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações socioeducativas e promover uma maior integração entre família, escola e incentivo ao esporte.

## **Metas:**

- A. Oferecer atividades físicas e esportivas;
- B. Oportunizar a prática do esporte de competição às crianças, adolescentes e adultos;
- C. Formar novos atletas;
- D. Ampliar os serviços oferecidos a fim de atender a possíveis demandas relacionadas ao esporte ativo da população local.

1.2. Plano de Trabalho: Modelo 4 do Termo de Referência; Todos os serviços ou atividades a serem desenvolvidas deverão constar no Plano de Trabalho de acordo com o art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022, sendo:

I – Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II – Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III – Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV – Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

V – Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

VI - Apresentar na conclusão final do projeto, número de atendimentos com comprovação das ações realizadas (atas, listas de presenças, e outras), constando avaliação dos pontos negativos e positivos.

1.3. A Administração Municipal reserva-se no direito de não autorizar o valor solicitado pela OSC tendo em vista a tipificação do objeto do Plano de Trabalho, sendo vedados, valores acima do máximo permitido.

1.4. Também é **vedada** a realização de despesa ou a previsão na Proposta de Trabalho:

a) com finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;

b) a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar, tampouco qualquer espécie de remuneração ou gratificação a servidores que pertençam aos quadros da Administração Pública por qualquer serviço vinculado ao objeto da parceria a ser firmada;

c) relativa a pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da entidade beneficiária e de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal;

d) em data anterior à vigência da parceria, quando então serão glosadas;

e) em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador tenha ocorrido durante a vigência do instrumento, mediante autorização prévia;

f) com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislação específica;

g) com publicidade, salvo as que atendam cumulativamente às seguintes exigências:

I - sejam de caráter educativo, informativo ou de orientação social;

II - das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

III - que constem claramente no plano de trabalho; e

IV - que tenham caráter acessório ao objeto principal da parceria.

1.5. **JUSTIFICATIVA:** O chamamento público para o esporte e lazer do nosso município tem como objetivo geral a realização de ações consistentes no fomento e incentivo às práticas esportivas e de lazer em suas diversas modalidades e manifestações, assegurando efetivar o direito constitucional às práticas esportivas formais e não formais, bem como a criação de oportunidades de tempo e espaço para vivências



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

lúdicas para todos os cidadãos residentes no Município de Dois Vizinhos, através de ações intersetoriais desenvolvidas através de parcerias com a sociedade.

1.6. O esporte como fenômeno social tem importante papel na comunidade Duovizinhense, visto que ele abrange vários setores, sendo bastante relevante na área da saúde, educação, turismo, entre outros. A prática do esporte envolve a aquisição de habilidades físicas e sociais, valores, conhecimentos, atitudes e normas. O fenômeno esportivo está ocupando cada vez mais espaço na vida da nossa comunidade, principalmente das crianças e dos jovens, como reflexo da influência dos eventos esportivos divulgados pela mídia local, regional e a identificação com ídolos. O esporte envolve todas as classes sociais, tendo como finalidade promover a socialização, cooperação e transmissão de valores.

1.7. Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

1.8. Conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014 em seu Art. 35 § 5º Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

## 2 - DO VALOR E REPASSE

2.1. O CONCEDENTE fará o repasse ao TOMADOR da importância de no máximo **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, de forma fracionada em (12) parcelas mensais no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** cada de acordo com o projeto. Os repasses serão efetivados até **o 5º dia útil de cada mês**.

2.2. Os valores repassados pelo Município de Dois Vizinhos deverão ter caráter suplementar, devendo a PROPONENTE assegurar outras fontes de maneira a manter suas atividades.

2.3. A realização dos repasses financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a assinatura do instrumento da parceria e a publicação de seu extrato no Diário Oficial, sendo glosadas as despesas realizadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria.

2.4. A credenciada deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por operação.

## 3 – CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES NO CREDENCIAMENTO:

3.1. Poderão participar do presente credenciamento as organizações da sociedade civil que atendam aos requisitos previstos na Lei nº 13.019/2014, sendo:



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

I - Que está ciente de que a simples participação no chamamento público, pressupõe seu conhecimento prévio e sua concordância com o atendimento das disposições deste edital e da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022, e ainda com as orientações a serem emanadas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União, ainda que não expressamente consignadas neste Edital;

II - Não tenha como dirigente Agente Político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheira, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau;

III - Possuir estrutura física com as instalações, materiais e condições necessárias ao atendimento do objeto desta chamada pública bem como Capacidade Técnica e Operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;

**3.2. Não serão admitidos nesta seleção** os PROPONENTES que foram penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal, ficando impedidos de celebrar Termo de Colaboração e Colaboração com a Administração Pública do Município de Dois Vizinhos enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**3.3. Neste Chamamento Público também não será permitida a participação** de pessoa física ou conforme disposto no Art. 39 da Lei 13.019/2014 ficam impedidas de celebrar qualquer modalidade de parceria a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; e

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra c) acima.

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992.

3.4. A seleção será, inicialmente, de uma pessoa jurídica sem fins lucrativos para executar o objeto tratado neste Edital, sendo selecionada aquela que obtiver maior pontuação.

3.4.1 Nas hipóteses deste item e seus subitens, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária;

3.4.2 Em qualquer das hipóteses previstas na alínea “a” do inciso VII, item 3.3, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

3.4.2.1 Para os fins do disposto na alínea “a” do inciso IV acima e no item 3.3.2, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

3.4.2.2 A vedação prevista no inciso III acima não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no Termo de Colaboração, simultaneamente como dirigente e administrador público.

3.4.2.3 Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

3.5. Conforme disposto no Art. 40 na Lei 13019/2014 “É vedada a celebração de parcerias previstas na Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado”.

## 4 – PRAZOS, LOCAL E CRONOGRAMA:

4.1. Os interessados deverão apresentar todos os documentos elencados no Termo de Referência deste Edital até às 23 horas e 59 minutos do dia 22/7/2024 enviados para os e-mails informados neste edital, de acordo com o seguinte cronograma:

### CRONOGRAMA

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	21/6/2024
2	Envio das propostas pelas OSCs.	21/6/2024 a 22/7/2024
3	Etapa competitiva de avaliação pela Comissão de Seleção.	23/7/2024 às 14h00
4	Declaração de Impedimento emitida pelos Membros da Comissão de Seleção (Modelo 1)	23/7/2024 após as 14h00
5	Divulgação do resultado preliminar.	24/7/2024
6	Análise da Documentação conforme disposto nos arts. 33 e 34 da Lei 13.019/2014	2 DIAS ÚTEIS
7	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	3 DIAS ÚTEIS
8	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	3 DIAS ÚTEIS
9	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	6/8/2024 (data estimada)

## 5 – DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. Os interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a documentação solicitada, a partir da data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública:



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

5.2. Todos os documentos solicitados no Termo de Referência deverão ser apresentados em original ou por cópias xerográficas devidamente autenticadas, por cartório ou servidor público municipal, e estarem em plena validade até a data de abertura da licitação.

5.3. Não serão aceitos documentos preenchidos à mão, que contenham corretivos, que estejam ilegíveis, com borrões e rasuras. A proponente poderá ser inabilitada ou desclassificada do certame.

5.4. Serão aceitos documentos emitidos via INTERNET, neste caso, a Comissão de Licitações, antes da Habilitação da proponente, fará comprovação a veracidade das informações contidas no documento, através da própria INTERNET.

5.5. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

5.6. A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação de todos os documentos solicitados, sendo que a falta de qualquer um deles resultará no não credenciamento da entidade.

5.7. A administração pública procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos previstos nos arts. 33 e 34.

5.7.1 Verificação do(s) Plano(s) de Trabalho(s);

5.7.2 Apreciação da documentação e julgamento da conformidade com as exigências deste edital;

5.7.3 Emissão da Declaração de Impedimento emitida pelos Membros da Comissão de Seleção, conforme (Modelo 1).

5.7.4 Publicação do resultado da Seleção;

5.7.5 Após a publicação do resultado do julgamento pela comissão de seleção, os interessados terão o prazo de 3 (três) dias para apresentar recurso, e os demais interessados terão igual prazo para apresentar contrarrazões, observando o disposto no Art. 21 do Decreto Municipal 18.942/2022.

5.7.5.1 O(s) recurso(s) poderá(ão) ser enviado(s) por meio eletrônico para os e-mails: [claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br) e [iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br) até as 23 horas e 59 minutos.

## 6 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ATIVIDADES DA OSC:

6.1. Os serviços e atividades serão prestados através dos profissionais contratados pela entidade selecionada, com a habilitação de cada profissional na área de atuação/credenciamento.

6.2. É de responsabilidade exclusiva e integral da OSC o pagamento dos profissionais, incluído o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

hipótese poderão ser transferidos para o Município de Dois Vizinhos - PR, devendo a OSC manter arquivo com todos os comprovantes de recolhimento.

6.3. Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade a administração pública, na hipótese de sua extinção.

6.4. A organização da Sociedade Civil deverá prestar contas em sua totalidade em até 90 (noventa) dias a contar do término da vigência do termo de parceria e a administração pública terá 150 (cento e cinquenta) dias para apreciar a prestação de contas com base nos parâmetros técnicos e financeiros constantes da Lei nº 13019/2014.

6.5. A Organização da Sociedade Civil fica obrigada a utilizar o SIT nos termos da Resolução 28/2011 devendo informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo sistema, em atendimento à Instrução Normativa nº 61/2011, especificamente no que dispõe a íntegra dos artigos 15, 16, 17 e seus parágrafos.

6.6. Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos do Termo de Colaboração e deverão atender a Lei nº 13019 nos art. 63 ao art. 68 e ainda os Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022.

6.7. Quando do encerramento do Termo de Colaboração as quantias porventura excedentes deverão ser retornadas aos cofres públicos.

## 7 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1. A Administração Municipal constituirá uma Comissão de Seleção que apreciará todos os Planos de Trabalhos e documentos apresentados, analisará o proposto pela(s) organização(ões) da sociedade civil e, se necessário solicitará informações adicionais, realizará visitas técnicas, estabelecendo prazo para que as organizações se manifestem por escrito quanto ao solicitado, a fim de selecionar, monitorar e avaliar as entidades que atenderam os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014.

7.1.1 Das sessões de avaliação e julgamento do(s) Plano(s) de Trabalho(s)/Projeto(s) serão lavradas atas circunstanciadas, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Seleção, com decisão do resultado da classificação e com a indicação do(s) **PROPONENTE(S)** que obtiveram a melhor avaliação, considerando a completude das informações, a demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto.

7.2. A Administração Municipal divulgará qual(is) organização(ões) da sociedade civil foi(ram) selecionada(s) para execução dos serviços e atividades.

7.3. Após a publicação do resultado do julgamento pela comissão de seleção, os interessados terão o prazo de 3 (três) dias para apresentar recurso, e os demais interessados terão igual prazo para apresentar contrarrazões.

7.4. A Comissão de Seleção, utilizará os critérios citados na tabela abaixo para classificação dos projetos, bem como, dará devolutiva a entidade proponente da avaliação realizada e pontuação obtida.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## 7.5. Critérios de desempate

a) serão adotados os seguintes critérios de desempate:

I - Projeto com maior número de pessoas a serem atendidas;

II - Projeto que melhor se adequou ao plano de trabalho ou que ofereceu maiores benefícios.

III - Em caso de empate no julgamento das propostas/plano de trabalho apresentados, será realizado sorteio.

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

	Peso	Plenamente satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação		2	1	0
1. Viabilidade de objetivos e metas	2			
2. Consonância com objetivos propostos	2			
3. Metodologia e estratégia da ação	2			
4. Viabilidade de Execução	2			
5. Coerência do Plano de Aplicação	2			
6. Experiência da entidade no Serviço e no Município	2			
7. Sustentabilidade da entidade	2			
8. Localização e infraestrutura física	2			
9. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho	2			
10. Oferta de oportunidades de participação das famílias	2			
<b>TOTAL</b>				

### Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

**1. Viabilidade dos Objetivos e Metas:** Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento. Peso: 2.

**2. Consonância com objetivos propostos:** Se os objetivos estão de acordo com o previsto pela legislação. Peso: 2.

**3. Metodologia e Estratégia de Ação:** Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto. Peso: 2.

**4. Viabilidade de Execução:** Se o projeto demonstra proximidade com realidade do território; se há coerência metodológica que viabilize a execução do projeto. Peso: 2.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**5. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos:** Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho. **Peso: 2.**

**6. Experiência da Entidade no Serviço e no Município:** Se a proposta traz conhecimento sobre realidade da comunidade ou do público-alvo; e se demonstra experiência com o serviço proposto. **Peso: 2.**

**7. Sustentabilidade da Entidade:** Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional. **Peso: 2.**

**8. Localização e Infraestrutura física:** Descrever se o local e a infraestrutura prevista atende as necessidades do projeto. **Peso: 2.**

**9. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho:** Clareza e objetividade na apresentação do Plano de Trabalho, conforme previsto no Manual de Orientação para Formalização de Repasses Públicos ao Terceiro Setor. **Peso: 2.**

**10. Oferta de oportunidades de participação das famílias:** Participação das famílias no projeto com oferta de atividades que favoreçam a informação, a orientação e o apoio às famílias. **Peso: 2.**

7.6. O **PROPONENTE** que não atingir a pontuação mínima de 12 (dez) pontos dos 20 (vinte) possíveis será desclassificado.

7.7. A administração pública homologará e divulgará o resultado do julgamento em página do site oficial da Administração Pública na internet.

7.8 O **PROPONENTE** classificado em **primeiro lugar**, na forma prevista neste Edital será convocado pelo Município de Dois Vizinhos para celebração do **TERMO DE COLABORAÇÃO** até o montante previsto neste Edital, conforme a quantia prevista na sua Proposta, observada a ordem e critérios de classificação.

7.8.1 O **PROPONENTE** convocado pelo Município de Dois Vizinhos deverá apresentar os documentos solicitados, de maneira a comprovar os Requisitos para Celebração do Termo de Colaboração;

7.8.2 Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada, nos termos da Lei n. 13.019/2014;

7.8.3 Caso a organização da sociedade civil convidada nos termos do item acima aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos no edital;

7.8.4 Não havendo proponentes classificados capazes de firmar a parceria pretendida, o Município de Dois Vizinhos encerrará o presente CHAMAMENTO PÚBLICO.

7.9. O prazo de validade das Propostas de Trabalho será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Município de Dois Vizinhos.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

7.10. Se por motivo de força maior, a celebração da parceria não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, em 60 (sessenta) dias, e persistindo o interesse do Município de Dois Vizinhos, poderá ser solicitada ao PROPONENTE a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7.11. Caso todas as proponentes sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de novos planos de trabalho visando sanar os vícios detectados.

7.12. Na hipótese de não celebração da parceria no prazo constante do item 7.9 acima, os PROPONENTES ficarão liberados de quaisquer compromissos assumidos.

7.13. O **PROponente** deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de avaliação, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. Esse tópico será objeto de comprovação documental de tais experiências observado nas fases do processo, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas neste edital.

## 8 – DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

8.1. O **PROponente** classificado em **primeiro lugar**, na forma prevista neste Edital será convocado pelo Município de Dois Vizinhos para celebração do **TERMO DE COLABORAÇÃO** (conforme modelo), até o montante previsto neste Edital, conforme a quantia prevista na sua Proposta, observada a ordem e critérios de classificação.

8.1.1 O **PROponente** convocado pelo Município de Dois Vizinhos deverá apresentar os documentos indicados nos artigos 33 e 34 da Lei n. 13.019/2014, de maneira a comprovar sua regularidade jurídica e fiscal.

8.2.2 Na eventualidade do proponente convocado não conseguir apresentar sua regularidade nos termos do subitem anterior o Município de Dois Vizinhos convocará o classificado imediatamente posterior e assim sucessivamente até encontrar o **PROponente** regular, nos termos da Lei n. 13.019/2014.

8.2.3 Não havendo proponentes classificados capazes de firmar a parceria pretendida, o Município de Dois Vizinhos encerrará o presente CHAMAMENTO PÚBLICO.

8.2. O prazo de validade das Propostas de Trabalho será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Município de Dois Vizinhos.

8.3. Se por motivo de força maior, a celebração da parceria não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, em 60 (sessenta) dias, e persistindo o interesse do Município de Dois Vizinhos, poderá ser solicitada ao PROPONENTE a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8.4. Caso todas as proponentes sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de novos planos de trabalho visando sanar os vícios detectados.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

8.5. Na hipótese de não celebração da parceria no prazo constante do item 8.1 acima, os PROPONENTES ficarão liberados de quaisquer compromissos assumidos.

8.6. O **PROponente** deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de avaliação, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. Esse tópico será objeto de comprovação documental de tais experiências observado nas fases do processo, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas neste edital.

## 9 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração das parcerias é a seguinte:

Órgão	Dotação Orçamentária	Natureza da despesa
07.003	27.812.0009.2038	3.3.50.41.00.00

## 10 - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

10.1. Os Termos de Colaborações a serem celebrados no ano de 2024 terão início na data de sua assinatura, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses. Havendo renovação, será aplicado o IPCA acumulado no período da parceria como meio de reajustá-la ordinariamente.

10.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

10.2.1 A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

10.3. Para a prorrogação de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal 13.019/14 e Decreto Municipal 18942/2022 é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

10.4. Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca de:

- I. o interesse público na alteração proposta;
- II. a possibilidade de realizar-se novo chamamento sem prejuízo ao interesse público;
- III. a proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;



IV. a capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;

V. a existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

10.5. A manifestação dos setores técnicos deverá ser encaminhada para análise jurídica, previamente à deliberação da autoridade competente.

## **11 – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO**

11.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, com cópia do Plano alterado.

11.1.1 Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração do objeto.

11.2. A Administração Pública poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, **dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital**, durante a vigência do Termo de Colaboração, desde que:

- I. os recursos continuem sendo utilizados para a consecução do objeto pactuado;
- II. o remanejamento ocorra dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital;
- III. não seja alterado o valor total do Termo de Colaboração; e,
- IV. seja apresentado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência.

11.3. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

## **12 – DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Demais critérios e condições para celebração das parcerias objeto deste Chamamento Público, constam no Manual de Formalização de Transferências Municipais ao Terceiro Setor, sendo que todos os atos deste Chamamento Público serão publicados no site do Município: [www.doisvizinhos.pr.gov.br](http://www.doisvizinhos.pr.gov.br).

12.2. O presente chamamento público será regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

12.3. As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações ou pedidos de esclarecimento, obrigarão a todos os PROPONENTES e serão publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

12.4. O chamamento público a que se refere este edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa, não decorrendo daí qualquer obrigação de indenizar.

12.5. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

12.5.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

12.5.2. A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações durante os horários de atendimento da Prefeitura ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: [claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br) e [iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br) até as 23 horas e 59 minutos.

12.5.3. Caberá à Autoridade Superior, auxiliada pelo Presidente da Comissão de Seleção, responder às impugnações e aos pedidos de esclarecimento.

12.6. Tendo em vista seu poder de discricionariedade, o órgão gestor poderá decidir sobre a escolha da proposta a partir dos pareceres técnicos, e o estabelecimento de Termo de Colaboração.

12.7. Em caso de desistência da organização social em celebrar o Termo de Colaboração a qualquer tempo após a entrega da documentação solicitada neste edital de chamamento público, essa intenção deverá ser manifestada por escrito através de ofício devidamente assinado pelo responsável da organização proponente, explicando as razões que conduziram a essa situação.

12.8. Na contagem dos prazos é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

---

12.9. Os casos não previstos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

**Dois Vizinhos, 19 de junho de 2024.**

**Luis Carlos Turatto**  
Prefeito



Município de

**Dois Vizinhos****Estado do Paraná****DOCUMENTO MODELO 1: MODELO DE DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO**

Eu ....., inscrita no CPF nº ....., integrante da Comissão de Seleção nomeada pela Portaria nº 054/2024, declaro sob as penas da Lei que em atendimento ao disposto no Art. 27 da Lei Federal 13.019/2014, não sou impedida de participar da comissão de seleção uma vez que nos últimos 5 (cinco) anos, não mantive relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público.

Declaro ainda que não me enquadro em nenhuma das hipóteses listadas abaixo:

- I. ser ou ter sido associado ou dirigente da organização da sociedade civil;
- II. ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos administradores da organização da sociedade civil;
- III. ter ou ter tido relação de emprego ou de prestação de serviço com a organização da sociedade civil;

Por ser expressão da verdade, dato e assino abaixo.

Dois Vizinhos- PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do integrante da Comissão de Seleção